Espaço em Revista | 2010
ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 1 - 17

AGROECOLOGIA X AGRONEGÓCIO: crises e convivências

Roberli Ribeiro Guimarães[1]
roberligeo@gmail.com

Helena Angélica de Mesquita[2]
heanju@gmail.com

*Eu sustento que a única finalidade da Ciência está em aliviar a miséria da existência humana***.**
Bertold Brecht

Resumo: As atividades agrícolas estão diretamente relacionadas à forma como se organizam os produtores. No campo brasileiro coexistem hoje duas formas consideradas antagônicas e ao mesmo tempo complementares de manejar a terra: a agroecologia e o agronegócio. Antagônicas pela relação com o ambiente, pela destinação da produção e pelas relações de trabalho. Complementares, pois a produção não concorre entre si. Enquanto a primeira prevê o uso sustentável dos recursos naturais, geração de renda com inclusão social, a segunda tem a base química, sementes híbridas e transgênicas, a devastação da biodiversidade e aliança com o capital transnacional. O presente texto propõe, a partir de revisão bibliográfica, pesquisa de campo e em fontes secundárias, entender os processos inerentes a estes processos produtivos.
Palavras-chave: Campesinato. Meio Ambiente. Modernização da Agricultura.

AGROECOLOGY X AGROBUSINESS: crises and convivialities

Abstract: The agricultural activities are directly related with the way how the producers organize themselves. In Brazilian countryside today coexist two forms considered antagonistic and yet complementary to manage the land: the agro-ecology and agribusiness. It's antagonist because of the relationship with the environment, for the destination of the production and for the work relationship. Complementary, because the production don't compete with each other. While the first provides the sustainable of the natural resources, income generation and social inclusion, the second has chemical base, hybrid and transgenic seeds, the biodiversity devastation and alliance with transnational money. This text proposes, from bibliographic review, field research and secondary fonts, to understand the inherent process to this productive process.
Key-words: Peasantry. Environment. Modernization of Agriculture.

[1] Professor na UEG/Unidade Ipameri/GO. Mestre em Geografia UFG/Campus Catalão. Membro do Grupo de Pesquisa: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais - GETeM/UFG.
[2] Profa. Dra dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia UFG/Campus Catalão. Coordenadora do Grupo de Pesquisa: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais - GETeM/UFG.

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 1 - 17

Introdução

Analisaremos dois conceitos presentes nos estudos geográficos atuais: o agronegócio[3] e a agricultura camponesa. A estrutura fundiária brasileira se baseia na coexistência destas duas formas de uso da terra, sendo a agricultura extensiva, representada inicialmente pelas oligarquias agrárias/latifundiaristas, hoje travestido de agronegócio/ruralistas, e a propriedade camponesa, dedicada a pecuária e ao cultivo de alimentos destinados ao consumo interno.

Nas áreas de Cerrado esta estrutura se aprofunda e Goiás se insere nesse contexto desde as entradas de bandeiras, quando a procura por pedras e metais preciosos, especialmente o ouro, inaugura o "desbravamento" já nos séculos XVI e XVII o que incluía também a procura por mão de obra indígena. A produção agrícola inicia-se com atividades agropastoris inspiradas nas roças dos indígenas.

Com o "desbravamento" do Centro-Oeste promovido por Vargas, iniciou-se a "Marcha para o Oeste", como uma diretriz de integração territorial para o país. A noção de "espaço a ser conquistado", atualizado na proposta do governo em construir uma nação, descaracterizou o conceito de "sertão", entendido como um espaço abandonado. Dentro dessas perspectivas inclui-se a formação de cidades, campos de pouso e o contato com populações indígenas. Foram se formando os contingentes de trabalhadores para desenvolver a agricultura e a indústria e, assim, Goiás "progride" e integra definitivamente o estado nacional capitalista.

Na segunda metade do século XX, após o término da Segunda Guerra Mundial, inicia-se uma série de alterações na agricultura com vistas a transformá-la em "industrializada", tarefa que não caberia aos camponeses. Esse fato repercutiu na modernização da agricultura, que segundo Mesquita (1993, p. 22) "[...] a expressão está empregada como processo de expansão do capitalismo, o que se dá pela industrialização da agricultura com as inerentes redefinições na forma de produzir". Imposta nos moldes da Revolução Verde, cuja promoção previa programas, normas e leis, tudo isso respondendo a expansão mundial do capitalismo, transformando este modelo em dominante.

[3] Fernandes (2004) mostra que é o novo nome da velha forma dos *plantations.*

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 1 - 17

Vale ressaltar que mesmo depois de consolidado o processo de modernização, temos muito da forma original na agricultura brasileira, ou seja, o fenômeno *modernizante e conservador* (MESQUITA, 1993) não alcançou de forma homogênea os espaços e poucos produtores puderam bancar o caro processo com base na tecnificação. Portanto a modernização da agricultura não se estende a todo o espaço agrário, reafirmando a concentração de terras e de rendas e a exclusão de pequenos produtores e trabalhadores rurais do processo produtivo.

Na questão agrária brasileira estes dois paradigmas estão colocados: de um lado a Revolução Verde, modernização da agricultura e biotecnologia, reafirmando a velha forma do latifúndio; de outro lado a agroecologia, como uma das formas de (re)criação do campesinato, negando o fim dessa classe e se afirma nos movimentos sociais, com modelo de produção com base ecológica permitindo que as famílias permaneçam no campo, diminuindo a concentração de terras e as desigualdades sociais.

Na atualidade, as corporações transnacionais, de vultoso capital financeiro, investem na modernização do campo e na construção de biotecnologias, representadas pelos transgênicos. Essa versão do modelo capitalista da agricultura coloca o mercado como referência e meta a ser alcançada, impõe monoculturas, compromete a biodiversidade, concentra terra e investimentos do Estado na forma de financiamentos. A mão de obra assalariada, utilizada nas empresas rurais, trás lembranças do período escravista no Brasil: uma imagem da exploração, do trabalho degradante, com presença de bóias-frias e trabalho escravo. A maioria destes trabalhadores foi expulsa do campo pelo processo de modernização e são moradores das periferias urbanas em condições precárias.

Sob outra ótica estão alguns movimentos sociais camponeses que defendem uma agricultura com menos impacto socioambiental e melhor distribuição de renda, trazendo a agroecologia como forma de desenvolvimento, inclusão, com resgate de saberes tradicionais aliados a técnicas modernas de produção. Nesse modelo tem-se a família como centro gerador do trabalho na terra de trabalho, sendo sua auto sustentação a referência da produção, levando em conta a matriz sociocultural, valorizando o saber local. Também produz para o mercado interno, mas diferencia-se por produzir primeiramente o que necessita para o próprio

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 1 - 17

consumo. Ao comercializar os excedentes fortalece as práticas do mercado interno, baseado nas estruturas construídas no território. A combinação entre produção agrícola e a criação de animais dá a utilidade que necessita para a sua autossuficiência e para o mercado, utilizando os vegetais que plantam ou os animais que criam. Tudo isso é amparado em experiências já vivenciadas, ou seja, as técnicas adquiridas pelo histórico da vida na terra, saberes passados de geração em geração, a *práxis.*

Humano x ambiente

A produção agrícola para alimentação dos seres humanos e animais domesticados tem na natureza transformada a essência dessa relação. Essa transformação iniciou-se lentamente com os humanos aprimorando as técnicas de cultivo, no início rudimentares, manuais e sem conflitos com a natureza. Domesticando plantas e animais, foi-se aprimorando lentamente essas técnicas, ao longo de aproximadamente vinte mil anos. Quem primeiro observou que as sementes podiam originar plantas e estas produzir frutos iguais aos que haviam sido consumidos, foram as mulheres. Essa relação da figura feminina e o desenvolvimento da agricultura pelas civilizações primitivas é um aspecto que tem sido abordado com bastante ênfase na literatura (LEÓN, 2003, p. 211; MMC, s/d, p. 8; RIBEIRO, 2003, p. 52), os homens praticavam a caça e a pesca.

Desse processo resultou a agricultura e a pecuária. A integração com o ambiente mostrou aos humanos que podiam retirar da natureza o que precisavam e esta se recompunha sem maiores dificuldades. Com o advento das descobertas e avanços científico/tecnológicos a relação humano x ambiente passou por mudanças provocando alterações nas paisagens: concreto no lugar de árvores, asfalto onde haviam campos, monoculturas substituindo a biodiversidade. Nesse processo, alguns povos começaram a se destacar em determinadas atividades, práticas políticas, econômicas, de guerras, de navegações, produções artísticas, culturais e, em alguns casos, combinações de mais de uma dessas.

O que há de comum, ao longo dos tempos, é que a atividade agrícola sempre esteve presente, em maior ou menor escala, já que é parte fundamental do

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 1 - 17

processo de manutenção da vida. Nesse sentido foram aprimorando-se técnicas repassadas entre as gerações e cada geração desenvolve e aprimora outras técnicas a partir de suas experiências e do contato com outros povos. Vale destacar que esta agricultura é de origem camponesa, ou seja, as famílias coordenavam o trabalho a partir de suas necessidades básicas de autoconsumo e ao modelo da época em que se situavam. Nesse sentido:

> Há milhares de anos a agricultura camponesa alimenta a humanidade e, se em todos os tempos houve fome, certamente, não foi por falta de produção de alimentos. As causas se vinculam às questões de poder e dominação. No século XX, grandes grupos econômicos descobrem uma fórmula mágica de "acabar" com a fome, e sob o comando desses mesmos grupos, em várias partes do planeta, aparecem os "milagres" da "Revolução Verde" (SILVA *et al*., 2006, p. 2)

Nesse processo contínuo de avanços das técnicas dominadas pela iniciativa privada, esse aprimoramento chega aos dias atuais em várias partes do mundo segundo o mesmo modelo, ou seja, a implantação de monoculturas em áreas contínuas em detrimento da produção camponesa diversificada. Contudo, a agricultura camponesa, por meio da agroecologia, tem resistido e dado respostas que confrontam diretamente o agronegócio.

Campesinato x agronegócio

A evolução da modernização da agricultura, ou seja, o chamado agronegócio, calcado na produção/exportação de *commodities,* tem sua origem no processo de colonização portuguesa. Segundo Fernandes (2004), com a forma denominada *plantation,* o Brasil Colônia ingressa no sistema de grandes propriedades com destinação de produtos ao mercado exterior. Mesmo sendo uma palavra nova carrega em si o peso do modelo latifundiário brasileiro, concentrador de terras e de rendas, de trabalho humano precarizado e do poder de um segmento social. Carrega as reformas propostas pela Revolução Verde ou Modernização da Agricultura como trabalham alguns autores (MESQUITA, 1993; MENDONÇA, 1998).

A partir da década de (19)70 essas mudanças efetivaram-se no campo, especialmente nas áreas de Cerrado, com um processo acelerado de investimentos

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 1 - 17

do Estado e do crescimento do domínio do capital financeiro em escala global (MARQUES, 2008, p. 53). Trazendo a tona uma forma de produzir baseado nos mercados mundiais ditado pelas grandes corporações que controlam desde as sementes até o processamento e distribuição dos produtos de origem agrícola.

> O *agronegócio* nada mais é do que um *marco conceitual* que delimita os sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e *biomassa*, operando desde o melhoramento genético até o produto final, *no qual todos os agentes que se propõem a produzir matérias-primas agropecuárias devem fatalmente se inserir*, sejam eles pequenos ou grandes produtores, camponeses ou pequenos capitalistas, fazendeiros ou assentados (MARCOS, 2008, p.196, grifos da autora)

Nessa lógica do produtivismo como caráter fundamental da reprodução do capital, de forma cada vez mais ampliada, presente no campo através dos insumos e maquinários agrícolas, com amplos subsídios estatais[4] e com emprego de técnicas avançadas, não tem diminuído o seu custo de produção. Tanto em países desenvolvidos como nos "emergentes" têm-se, em diversas formas, esse custo mantido pelo Estado, no Brasil representado pelas constantes "renegociações" das dívidas dos empresários rurais, os ruralistas. Paulino (2008) revela que apesar de baixas as taxas de juros, comparando a taxas de mercado, esses agricultores, que são os grandes tomadores de empréstimo, não honram seus compromissos.

> No início de 2008, ela [a dívida dos agricultores] estava calculada em 140 bilhões de reais, resultado de uma situação em que ano após ano, governo após governo, assiste-se a uma mobilização do setor ruralista para adiar o pagamento, o que tem conseguido, mediante acordos e securitizações nas quais o próprio Estado reduz as já baixas taxas de juros incidentes, assumindo o pagamento da diferença, por se tratar de compromissos firmados com instituições financeiras (PAULINO, 2008, p. 230).

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 são conclusivos a este respeito. A tabela 1 mostra as dívidas por área de grupos de estabelecimentos, e é possível se constatar o grau de endividamento por regiões. Na média, os estabelecimentos de até 10 ha representavam 7.1% do total da dívida.

[4] Na safra de 2007/2008, 58 e 12 bilhões foram liberados para a agricultura empresarial e familiar, respectivamente, e na safra 2008/2009 foram destinados 65 e 13 bilhões, constituindo assim, em relação à safra anterior, o total de recursos aplicados representam crescimento de 23,1% para a agricultura familiar e 42,6% para a agricultura empresarial (Banco do Brasil, 2009).

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 1 - 17

Considerando os 371.608 estabelecimentos nesse grupo, com dívidas, tem-se uma **dívida média de R$ 5.1 mil, por estabelecimento**. Já os estabelecimentos acima de 1000 ha somavam um total de 33% do total. Considerando os 9.374 estabelecimentos nesse grupo, com dívidas, têm-se uma **dívida média de R$ 943 mil, por estabelecimento**.

Tabela 1 – Regiões: valor médio das dívidas dos estabelecimentos por grupo de área (R$ mil/estabelecimento)

	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
Até menos de 10 há	4,2	2,9	7,1	8,1	13,0
De 10 a menos de 100 ha	37,0	8,4	19,8	17,5	15,9
De 100 a menos de 1.000 ha	34,2	48,5	122,7	143,7	129,9
De 1.000 ha e mais	370,9	1271,1	1570,5	760,5	900,4

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006. Org. GUIMARÃES, R. R., 2009.

Estes dados, quando analisados no gráfico 1, dão a dimensão dessa diferença. Somadas todas as regiões do Brasil, incluindo também outros grupos de áreas de estabelecimentos, nas faixas de 10 a 100 ha e de 100 a 1000 ha, têm-se a dimensão do endividamento dos grandes proprietários. Conclui-se que o agronegócio se sustenta pelos financiamentos, que são, em sua maioria, de bancos oficiais. Vale ressaltar que os camponeses, por uma "questão de honra" pagam suas contas, mesmo que isso lhe custe a própria terra que é seu principal meio de produção.

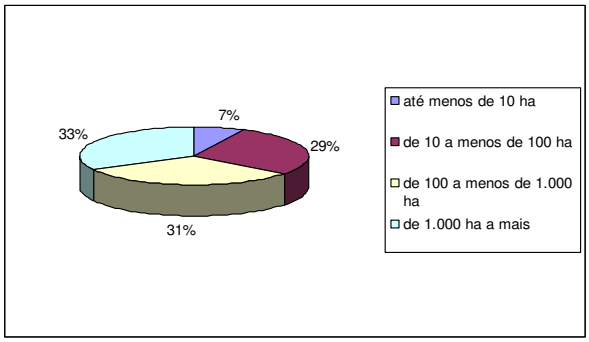

Gráfico 1 – Percentagem do total das dívidas segundo o tamanho dos estabelecimentos.
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.
Org.: GUIMARÃES, R. R., 2009.

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 1 - 17

Nos conflitos fundiários no Brasil (Figura 1 e Gráfico 2), a mancha dos episódios de morte e violência ocorre principalmente na faixa da fronteira de expansão do agronegócio, marca da modernização agrícola. Ou seja, a expansão da fronteira de acumulação se dá pela concentração de terras e de rendas, geralmente sob intensos conflitos, deslegitimando o uso da terra feito por posseiros, agricultores camponeses, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais e outras expressões de uma classe que não se reproduz pela exploração do trabalho alheio.

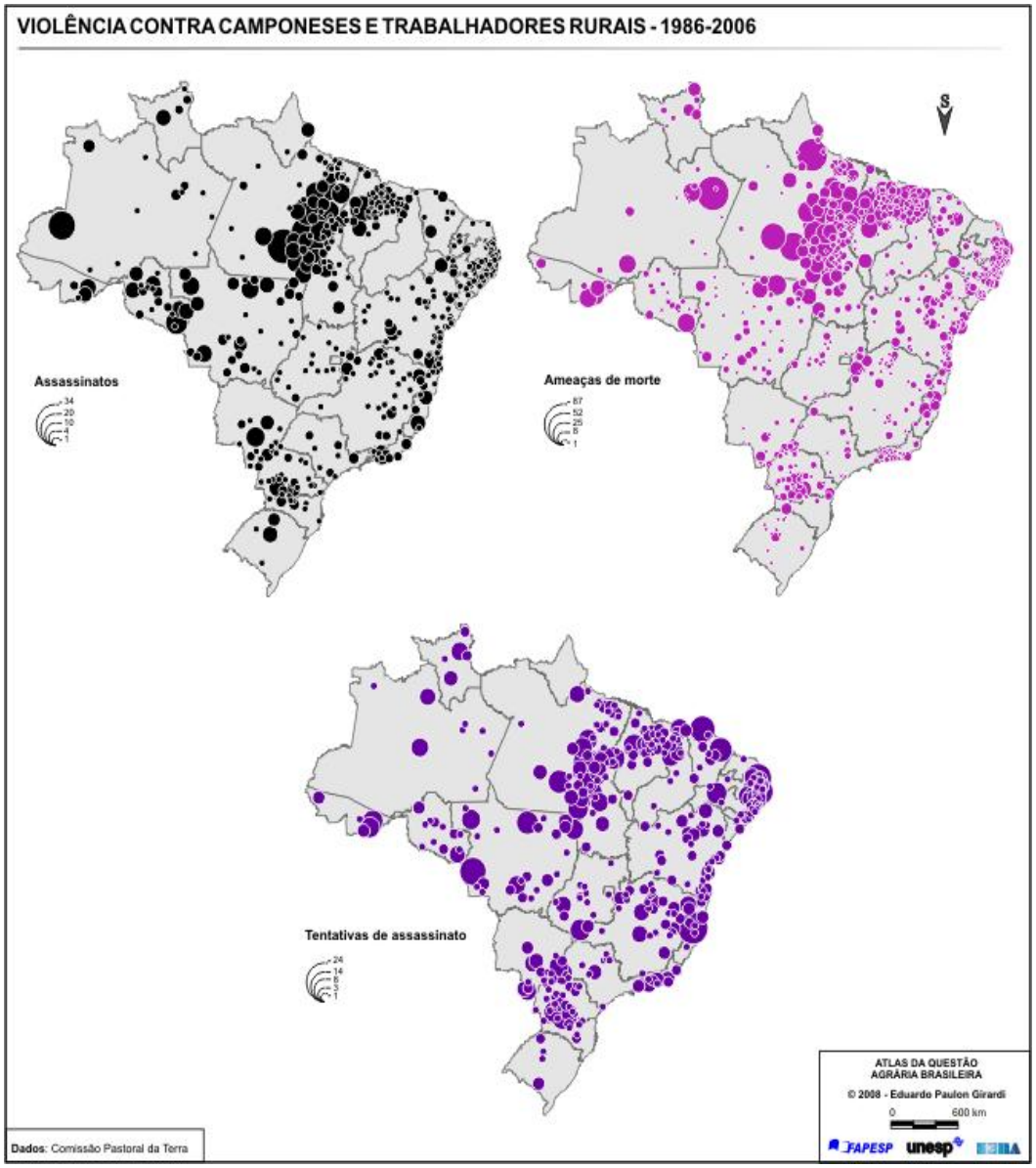

Figura 1: Distribuição espacial da violência contra camponeses e trabalhadores rurais – 1986–2006.
Fonte: http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/violencia.htm.
Org.: GIRARDI, 2008**.**

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 1 - 17

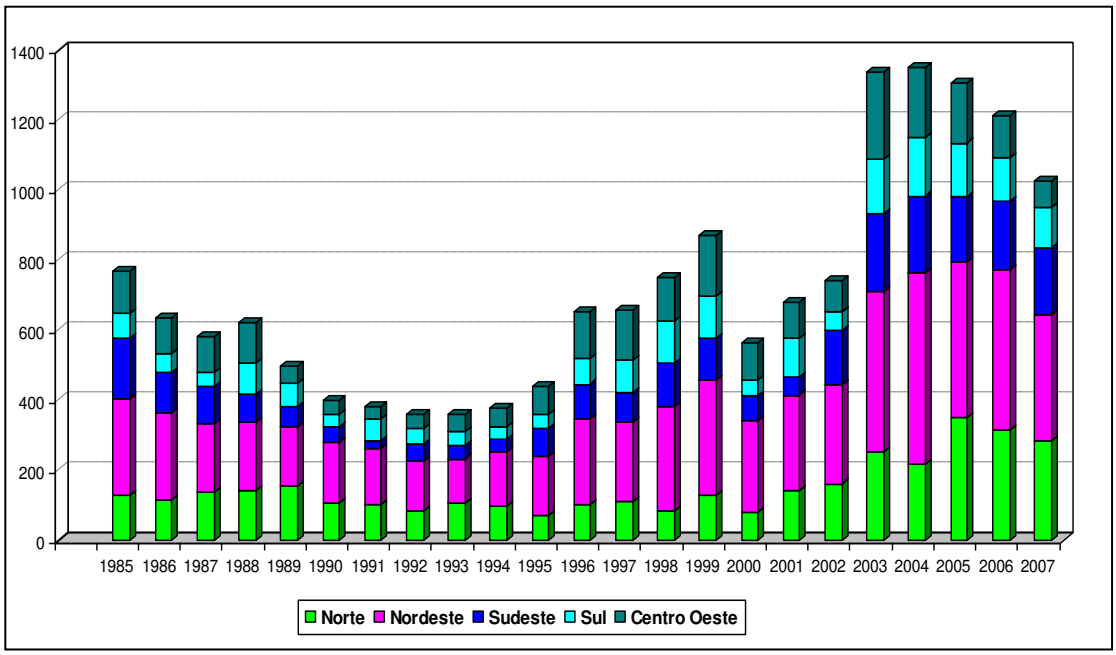

Gráfico 2 - Brasil – Conflitos de terra – 1985 a 2006
Fonte: CPT.
Org.: OLIVEIRA. A. U., 2008

Quanto aos postos de trabalho, a tendência não é diferente. Tomando por base os anos de 1970, 1980, 1996 e 2006 (gráfico 3) percebe-se que a população rural tem diminuído seu contingente, o que é reflexo da concentração de terras que esse modelo de agricultura impõe, fazendo com que muitas famílias deixem de ser produtoras indo para as cidades e passando a meros consumidores. Isso comprova a existência de classes sociais distintas que vivem justamente da contradição, de serem integradas e simultaneamente antagônicas.

Essa contradição fica mais evidente quando se verifica o pessoal ocupado na agricultura. Ainda na leitura do gráfico 3, constatamos que, apesar de toda a expropriação, exploração e violência a que têm sido submetidos os trabalhadores do campo, camponeses, indígenas e quilombolas, estas populações tradicionalmente rurais, tem permanecido, sem grandes alterações, o quantitativo desses trabalhadores na agricultura, e a população rural como um todo tem diminuído, mostra a resistência da classe camponesa no Brasil, e, por conseqüência, em Goiás.

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 1 - 17

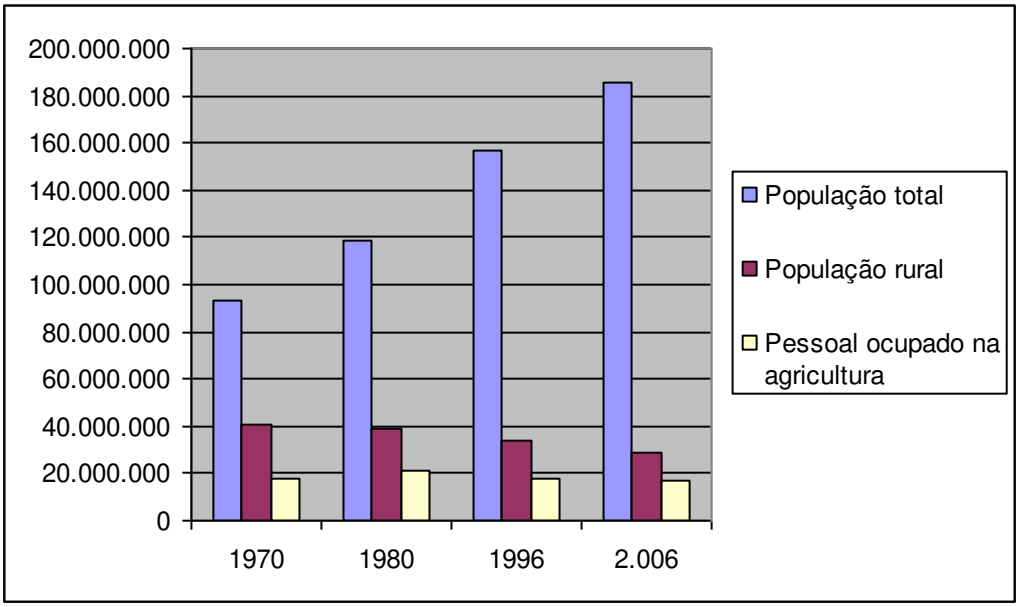

Gráfico 3 – Brasil: População total, rural e pessoal ocupado na agropecuária - 1970 – 1980 – 1996 – 2006
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.
Org.: GUIMARÃES, R. R., 2009

Mesquita (1993) e Mendonça (1998) evidenciam que no Cerrado goiano, mais especificamente em Catalão (GO), o processo de modernização segue o modelo conservador com a exploração do trabalhador, transformando os pequenos proprietários, posseiros, agregados e moradores do campo em meros vendedores da força de trabalho, moradores nas periferias das cidades, separando-os da possibilidade de acesso a terra, a não ser como proletários. A disseminação dessas práticas associadas à indústria de transformação massificou uma conduta padronizada de monocultivos, com uso de agroquímicos industriais e seleção de genótipos que, se por um lado, maximizavam a produção, por outro, produziram impactos socioambientais irreversíveis.

> A modernização entendida como processo capitalista viabiliza o aumento da produção, mas contraditoriamente, agrava as condições de vida dos trabalhadores em geral. Há uma tentativa de atingir um estágio de desenvolvimento técnico já atingido por outras economias mundiais e isso se dá pela introdução de capitais, de tecnologia, de insumos, fertilizantes, etc. oriundos de outros países ou transplantados de uma região para outra, sem levar em consideração as especificidades locais (MESQUITA, 1993, p. 24).

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 1 - 17

Nesse sentido o trabalho camponês se torna uma forma de resistência ao modelo imposto pelo agronegócio, ou seja, as populações locais, dentro de suas especificidades, possuem técnicas ao manejar o solo, as culturas e a criação de animais, produzindo para a autossuficiência/auto-consumo, valor de uso e não de troca, na diversificação dos sistemas produtivos, em oposição às monoculturas, explorando de forma eficiente os diferentes agroambientes, utilizando da heterogeneidade espacial e da diversidade biológica, utilizando mais de práticas de convivência do que de práticas de restrições ambientais, maior aproveitamento dos recursos locais, pelo baixo uso de insumos externos e pelo conjunto de conhecimentos de caráter holístico; a conservação da natureza não é algo separado das atividades produtivas - é fonte de sobrevivência - e também por preservar valores simbólico-religiosos/tradicionais relacionados ao lugar.

Sendo assim, camponeses com potencial para serem produtores de alimentos são jogados em favelas e obrigados a vender sua força de trabalho em função do não acesso a terra ou os que permanecem são forçados a ficar a margem do processo produtivo por não se "enquadrarem" na lógica que associa capital/mercado.

A divulgação dos dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006) mostra números que revelam o que já se sabe há muito tempo. O Brasil tem a maior concentração fundiária do mundo. Enquanto propriedades com até 10 hectares representam menos de 3% da área total, a parte ocupada por propriedades com mais de mil hectares concentra mais de 43%. Ao mesmo tempo, a agricultura camponesa emprega 75% da força de trabalho no campo e produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 58% do leite, etc. Tudo com muito pouco apoio oficial. Com a participação no PIB (Produto Interno Bruto) igual ao dos latifundiários dispondo de menos tecnologia e menos terra, os camponeses conseguem ser eficientes por agregarem maior valor a sua produção e por ter na mão de obra familiar a base do trabalho, e ainda resgatam os valores culturais, ecológicos e sociais para sua reprodução.

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 1 - 17

Agroecologia x agricultura "química"

Para contrapor ao modelo de agricultura química, proposto pelo agronegócio, temos o resgate daquilo que os camponeses já desenvolvem desde tempos imemoriais como forma de produzir: a agroecologia. Tendo uma investida dos Movimentos Sociais ligados ao campo, especialmente a Via Campesina, que agrega Movimentos Camponeses de todo o mundo, esse "retorno" a produção característica dos povos campesinos, traz a inovação pelo acréscimo de técnicas modernas que respeitam o conhecimento tradicional aliando-os aos conhecimentos acadêmicos, formando assim uma "ciência" que trabalha a terra de forma ecológica.

Faz-se necessário entender a lógica camponesa para se adentrar melhor ao tema. A produção e reprodução camponesa é alvo de estudos já algum tempo. Chayanov (1974), Shanin (1983, 2008), analisam, por diferentes óticas, a organização interna das famílias camponesas e os fatores geradores de renda. Trabalhos importantes de Woortman (1990), Oliveira (1990, 1991) e estudos da região de Catalão com Mesquita (1993) e Mendonça (1998), reforçam o sentido do campesinato, sua (re)estruturação, (re)organização e desenvolvimento do trabalho familiar nas comunidades.

Shanin (2007) mostra que essa base camponesa está presente nos dias atuais em várias partes do mundo, sendo influenciadas pelo mercado e os governos, porém resistindo cada um a sua forma, transformando conforme sua necessidade e (re)criando-se em suas resistências. O autor afirma que no Estado Moderno há dois padrões distintos de *sobrevivência econômica e organização econômica,* sendo o primeiro o capitalismo e o segundo é a organização estatal da economia, que existiu na União Soviética. Shanin (2008, p. 26), continua a dizer:

> Um terceiro modelo de organização socioeconômica que existe é a economia informal, ou melhor, corresponde principalmente ao que podemos denominar de economia familiar. Ela é um tipo de economia que não é menos poderosa, relevante, influente e capaz de resolver problemas do que são a economia estatal e a economia de mercado. Não há forma de entender a economia nas sociedades capitalistas sem considerar o apoio que a economia familiar dá a esse sistema.

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 1 - 17

Portanto, entender como os camponeses se organizam, sua capacidade de flexibilização e adaptação frente às investidas políticas e econômicas do Estado e do mercado, reforça o sentido da importância da economia familiar, que não é estudada ou entendida como as economias estatal e de mercado, fazendo dos camponeses "sobreviventes" diante das diversas situações de crise. Conforme afirma Marques, (2008):

> A constituição e o funcionamento da economia familiar camponesa resultam das relações dialéticas que a unidade familiar estabelece com a economia e a sociedade nacional e mundial com o objetivo de utilizar os recursos produtivos de que dispõe, sendo o principal deles o trabalho. Nesse processo, a economia familiar camponesa se diferencia da economia capitalista ao mesmo tempo em que faz parte dela (MARQUES, 2008, p. 71)

Esse modelo de economia somado aos vínculos que estabelecem com a terra, resistindo a crescente urbanização e valorização do mercado pelos produtos da monocultura capitalista, estes "novos camponeses reinventam a agroecologia" (MARQUES, 2008, p. 71) como forma de valorização do saber local, com suas tradições e costumes aliando às possibilidades encontradas no presente nessas formas alternativas de produzir.

Nesse contexto de superação, a agroecologia se propõe a construir, com diferentes tipos de conhecimentos e metodologias que visam manejar os ecossistemas, a promover a elaboração de uma agricultura dentro de sistemas agrícolas sustentáveis, a partir dos recursos locais. Essa construção parte do estudo dos distintos ecossistemas partindo para a produção de agroecossistemas[5], ou seja, a família e a propriedade produtiva, no qual a parte mais importante é o reconhecimento, resgate e valorização dos saberes locais e tradicionais dos

[5] O Agroecossistema conjuga três dimensões: a dimensão física, espacial ou estrutural, a dimensão funcional e a dimensão conjuntural. A primeira demarca física e espacialmente o agroecossistema, onde operam as relações entre as distintas populações presentes, inclusive o homem, bem como as populações e o meio aonde se encontram. A segunda, é caracterizada pelas relações que se estabelecem entre a dimensão anterior e o meio que a cerca, ou seja, o conjunto de processos diretamente relacionados à atividade produtiva e o meio circunvizinho que o retroalimenta e demanda sua produção. A terceira, resulta do efeito de circunstâncias não locais onde, muitas vezes, determinam a racionalidade da atividade do sistema nas duas primeiras dimensões. Portanto, o agroecossistema deve considerar além dos elementos do meio físico (componentes bióticos, abióticos e suas inter-relações), aspectos de ordem sócioeconômica e cultural (SCHLINDWEIN & D"AGOSTINI, 1998, *apud* FONTANA *et al*, s/d)

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 1 - 17

camponeses, indígenas e quilombolas e da articulação do conhecimento destes com o conhecimento acadêmico.

Construir, de forma participativa, num contexto de sustentabilidade, os quais são técnica, social e culturalmente definidos e específicos. É, portanto, pensar em práticas e experiências locais. Como exemplo, cito a experiência desenvolvida pelos camponeses em Goiás através do resgate das sementes crioulas, principalmente a do milho. Motivados pelo Movimento Camponês Popular (MCP) resgataram, reproduziram e implantaram em várias comunidades do estado bancos de sementes com o propósito de renovar o costume camponês na manutenção e nas trocas de sementes e também libertar os pequenos produtores dos "pacotes tecnológicos" impostos por grandes empresas transnacionais. Em trabalho conjunto com a Embrapa Cerrados os camponeses estão construindo experiências locais, também chamados de "melhoramento participativo", no qual testam diferentes variedades de milho, arroz, feijão, mandioca e leguminosas, estas últimas com a finalidade de promover a adubação verde.

São experiências nas quais os agricultores envolvidos são os sujeitos e agentes da mudança, muitas vezes transformando experiências individuais em comunitárias que viabilizam ações que se tornam coletivas e, assim, em ações que promovem alterações na relação de poder, com as suas tradições culturais, com mutirões, rezas, festas, ou seja, suas manifestações garantindo sua existência e aliando ao conhecimento científico aplicado ao espaço agrário, mas em benefício de toda sociedade.

Considerações finais

Por experiência e por vivência, expresso a racionalidade camponesa na construção de alternativas de resistências. A agroecologia construída por esses sujeitos do campo contraria o modelo, quando não se obrigam a produzir sob a ótica do capital, ou seja, pelas leis do mercado, imposta pelas grandes corporações, reproduzindo a lógica capitalista que não leva em conta a realidade socioambiental e os efeitos expropriadores e degradadores que esse processo gera, com uma visão

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 1 - 17

de desenvolvimento socialmente excludente, ambientalmente predatória e concentradora de renda.

A agroecologia, que tem no trabalho familiar, nos conhecimentos locais e no respeito ao ambiente sua sustentação contrária ao agronegócio que tem na produção, circulação e consumo seus valores que culminam na apropriação desigual da riqueza socialmente produzida, vem provando que os paradigmas das sociedades ditas "modernas" estão aflorando nas contradições e são elas os motores que giram as possibilidades das mudanças calcadas nas organizações camponesas, hoje representadas pelos movimentos sociais.

O agronegócio, como desdobramento da revolução verde, fortalecido pelo regime militar na década de (19)70, sofreu modificações na sua estrutura, passando da primeira fase, que foi a extensiva, representada pelo latifúndio, na concepção clássica, para intensivo, que é o uso de aparatos da biotecnologia que auxiliaram a reprodução ampliada do capital, potencializando a exploração sobre o ambiente e sobre os trabalhadores até limites extremos, agudizando a concentração de terras e de rendas.

Os movimentos sociais em luta por terra, por direitos e por cidadania, reforçando o que já existe no campo há vários séculos, a resistência camponesa que se manifesta pelo apego e respeito à terra, as suas transformações, a sua capacidade de adaptação frente às dificuldades do momento, a suas rezas, crenças, trabalho familiar e outros tantos elementos que fazem parte do cotidiano camponês.

Referências

ALMEIDA, R. A. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses *versus* agronegócio. In*:* PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BANCO DO BRASIL. **Recursos do BB para o agronegócio têm incremento de 37,5%.** Disponível em: <http://www.bb.com.br/portalbb/page251,138,5504,0,0,1,0.bb?codigoMenu=2363&codigoNoticia=14018> Acesso em: 20 jul 2009.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina.** Tradução Rosa María Russovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 1 - 17

FABRINI, J. E. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas**.** In*:* PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais:** Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Disponível em: < http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16MFernandes.pdf>. Acesso em: 20 de jul/2009.

_____. Agronegócio e reforma agrária. Disponível em: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=501> Acesso em: 20 de jul/2009.

FONTANA, R. B. et al. **Conversão, transição e harmonização do agroecossistema**. Disponível em: <http://br.groups.yahoo.com/group/novaterbrasil/files/Agroecologia%20/>. Acesso em: 20 de jul/2009.

GIRARD, P. E. **Suporte à cartografia geográfica: a**tlas da questão agrária brasileira. Presidente Prudente, ago. 2008. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/suporte_cg.htm>. Acesso em: 10 de nov/2009.

GÖRGËN, S. A. **Os novos desafios da agricultura camponesa.** 2. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Brasília: Expressão Popular, 2005.

LEÓN, I. Mulher vida e sementes. In: CARVALHO, H. M. (Org.). **Sementes:** patrimônio do povo a serviço da humanidade (subsídios ao debate). São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MARCOS, V. de. **Agricultura e mercado:** impasses e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa no campo latino-americano**.** In*:* PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARQUES, M. I. M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In*:* PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/17736> Acesso em: 19 jul 2009.

MENDONÇA, M. R. **A questão regional e o campesinato.** A alhicultura em Catalão – Go. 1998. 233 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias). Instituto de Ciência Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 1 - 17

_____. **A urdidura do trabalho e do capital no Cerrado do Sudeste Goiano.** 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MESQUITA, H. A. de. **A modernização da agricultura:** um caso em Catalão/Goiás. Dissertação de Mestrado, 1993, 145f. (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) ICHL/Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

MOURA, M. M. **Camponeses.** São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA. A. U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura.** 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. Aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFG/Campus Catalão. Ago. 2008.

PAULINO, E. T. Território em disputa e agricultura**.** In*:* PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

RIBEIRO, S. Camponeses, biodiversidade e novas formas de privatização. In: CARVALHO, H. M. (Org.). **Sementes:** patrimônio do povo a serviço da humanidade (subsídios ao debate). São Paulo: Expressão Popular, 2003.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

SHANIN, T. **La clase incomoda**: sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925). Madrid: Alianza Editorial, 1983.

_____. Lições camponesas**.** In*:* PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, J. V.; MESQUITA, H. A.; MORES, M. A.; NASCIMENTO, R. M de. **As sementes crioulas e a revanche camponesa.** In: XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2006, Rio de Janeiro. Anais do XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2006.

WOORTMANN, K. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87**, p 73. Brasília/Rio de Janeiro, 1990.